

# **A DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO: BREVES ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE AS REFORMAS CURRICULARES<sup>1</sup>**

**Samara Conceição das Dores<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

A educação é uma das temáticas mais citadas da sociedade quando o assunto é transformação. Porém, para atender a esse requisito se faz necessário uma educação escolar de qualidade e que atenda a todos os indivíduos sem restrições. O fazer educacional compreende todas as áreas das disciplinas escolares, logo, por que uma disciplina pode ser considerada menos importante que outra? Mediante alguns questionamentos relacionados à educação, somado a apelos de professores, o Governo Federal lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais que direcionam e sintetizam de maneira mais heterogênea, temáticas a serem trabalhadas na escola fazendo um recorte no meio cultural e sócio político dos estudantes, de modo a possibilitar uma educação que converse com as realidades do indivíduos. Somado a isso, a BNCC Base Nacional Comum Curricular, cumpre um papel importante no que diz respeito a uma proposta educacional através de suas diretrizes, buscando uma educação justa, inclusiva e democrática aos educandos. Pensando sobre essas possibilidade, nasce aqui este artigo que visa entender este cenário. De forma inicial, o primeiro ponto busca discutir por que a disciplina de História é considerada menos importante para os alunos do que outras disciplinas escolares, e como o ensino de História pode se tornar mais atrativo para os educandos no sentido de romper com esse cenário. Para isso, recorre-se à fundamentação teórica, por meio de revisão bibliográfica de vários autores, além das diretrizes educacionais que possibilitam entender e responder a este cenário.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; história - estudo e ensino - Brasil; reforma do ensino.

## **ABSTRACT**

Education is one of the most cited themes in society when it comes to transformation. However, to meet this requirement, it is necessary to have a quality school education that meets all individuals without restrictions. Educational activities include all areas of school subjects. So, why can one subject be considered less important than another? Through some questions related to education, added to appeals from teachers, the Brazilian Federal Government launches the National Curriculum Parameters that direct and synthesize in a more heterogeneous way, themes to be worked on at school, making a cut in the cultural and socio-political environment of students, so as to enable an education that speaks to the realities of individuals. Added to this, the BNCC (Common National Curriculum Base), also plays an important role with regard to an educational proposal through its guidelines, seeking a fair, inclusive and democratic education. Thinking about these possibilities, this work was born here, which aims to understand this scenario. Initially, the first point seeks to discuss why the subject of History is considered less important for students than other school subjects, and how the teaching of History can become more attractive for students in order to break with this scenario. For this, it resorts to the theoretical foundation, through a bibliographical review of several authors, in addition to educational guidelines that aim to understand and respond to this scenario.

**Keywords:** Common National Curriculum Base; education reform; history - study and teaching - Brazil.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Lúcio Matos Silva.

<sup>2</sup> Licencianda em História pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre algumas situações que rondam o ensino de História, principalmente a partir de questionamentos lançados a mim por parte de alunos, no que se refere a necessidade e a importância de se estudar História, como assuntos ligados ao passado, surge-me a curiosidade de discutir sobre esta temática. Questionamentos como estes de uma certa forma me inquietaram, a ponto de me questionar: será que os discentes não consideram a História como um campo de estudo importante, do qual não mereça atenção e aproveitamento? Como lembra Hannah Arendt (1972) em sua obra intitulada *Entre o passado e o futuro*, “a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana”<sup>3</sup>. Diante disso, qual a necessidade de aprender História, já que constituem acontecimentos que ocorreram no passado? Refletindo sobre essa pergunta em específico, dirigida a mim por jovens em formação escolar do Ensino Médio, durante o meu percurso de formação docente, proporcionado por um estágio na rede estadual de ensino público, somado às práticas da disciplina de Estágio Regencial IV, onde pude ter contato com jovens em formação escolar do Ensino Médio, momento de muita importância na minha formação docente pois além de possibilitar o contato com jovens em formação, me fez refletir sobre o quanto a disciplina de História é importante na prática e a lacuna que a mesma pode deixar na vida dos indivíduos caso não seja apresentada e ministrada de modo a permitir que o indivíduo seja capaz de questionar e entender algumas situações que permeiam a sociedade.

Durante as práticas de Estágio Supervisionado IV, onde tive contato com alunos da série do 2º ano do Ensino Médio, alunos estes de diferentes personalidades, curiosidades e grau de aprendizagens e que fizeram enxergar de perto a necessidade de ensinar História que converse com suas realidades e que dialoguem com o presente, uma História que faça mais sentido para os educandos. Voltando ao ponto principal que permeia a discussão deste artigo, que é de pensar em possibilidades de ensinar História de um modo que seja atrativos ao alunos, surge-me o questionamento de como a História está sendo apresentada em sala de aula, de modo que alguns estudantes a consideram menos importantes que outras disciplinas (?). E qual o papel do docente neste contexto, nas tentativas de mudança desta realidade.

Há um amplo debate sobre as causas desta realidade, assim como os limites de atuação entre o profissional da História e o pedagogo<sup>4</sup>. Mas não é esta a questão aqui, e sim pensar em

---

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1988. Cf.p.234.

<sup>4</sup> A História é uma disciplina que está inserida na grade curricular e deste modo como coloca Brodbeck (2012, p. 10), seu ensino “ [...] deve ter como ponto de partida a compreensão da vida cotidiana de cada aluno, para que ele

métodos e perspectivas de tornar o ensino de História atrativo para alunos em formação escolar, e buscar entender melhor estes desafios. Compactuando do que diz Cury (2003), o papel do educador apesar das dificuldades encontradas no meio do caminho, é insubstituível, pois a "gentileza, a solidariedade, a tolerância e a inclusão... não podem ser ensinadas por máquinas e sim seres humanos".<sup>5</sup>

Antes mesmo de me sentir interessada em estudar História, já compreendia um pouco de sua significância e relevância. Conteúdos voltados para o período do Brasil Império, Brasil República, História medieval, dentre outras áreas, desde cedo me chamaram muita atenção. De uma dada forma, eu já entendia mesmo que superficialmente, que esses acontecimentos foram significativos para vivenciarmos o hoje, com todas as suas implicações e seus benefícios. Mas qual é a importância de se estudar História, e qual é o poder transformador que ela pode ter na vida dos indivíduos?

A disciplina de História está para além do que guardar datas e decorar falas. A História nos permite compreender o presente quando analisamos alguns acontecimentos do passado, evitando assim que cometamos os mesmos erros, e possibilitando a aprendizagem a partir dos aproveitamentos do que não deu certo, permitindo dar continuidade com os acertos. Segundo afirmou Cícero (55 a.c) sobre a importância da história, "A História é testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado."<sup>6</sup> Deste modo a História possibilita que o indivíduo conheça seus percursos, reflita sobre seu passado e pense em possibilidades de como pode ser seu futuro.

De modo a tornar a História mais atrativa aos educandos, quais alternativas e métodos podem ser pensados para buscar romper com o imaginário que discentes possuem, em não considerar a História como sendo um campo de estudo e aprendizado importantíssimo no

---

possa, pelas experiências, entender a dimensão destas experiências na vida de todos o homens". Somado a isso, entendemos que ao introduzir a História nos anos iniciais do ensino fundamental, o docente deve estar atento em trazer os conteúdos que conversem com o presente, atento ao discurso que o indivíduo social possui papel importante nesse processo, para que os alunos se sintam pertencentes a História e que ela não pareça distante na vida dos indivíduos. Segundo Borges (1987, p. 47) "o que é preciso fazer é uma História que, mesmo estudando o passado mais remoto, faça explicar a realidade presente". Por fazer isso, o professor despertará desde muito cedo o interesse e o gosto dos alunos pela disciplina. O pedagogo possui uma formação ampla em determinadas disciplinas de ensino, o que possibilita passear por diversas áreas do ensino fundamental, até o 5º ano da educação básica ministrando conteúdos de Ciências, História, Geografia e Português. Com base nisso, é de fundamental importância que este docente estimule já nesta fase escolar a relevância de se aprender História, assim como a sua importância para a colaboração na construção e entendimentos das identidades. Fazer isso é permitir que os conteúdos trabalhados na disciplina não sejam apenas vistos como "decorativos" e nem tão pouco oferecem condição a pensar que a História seja nada atrativa e desestimulante.

<sup>5</sup> CURY, Augusto. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.65.

<sup>6</sup> CÍCERO, Marco Túlio. De Oratore, II, 36. Emprego a tradução de Jacyntho Lins Brandão. In: HARTOG, François. A História de Homero a Santo Agostinho, p.181.

processo de desenvolvimento do indivíduo? Como trabalhar a História no ambiente escolar de modo que a mesma seja interessante para os discentes? Quais ferramentas os docentes devem possuir para ensinar História e o que esperar desse resultado?

O Ensino Médio corresponde à última etapa da educação básica, estabelecida desde a constituição de 1988, correspondendo a etapa final do estudante em sua vida escolar, antes da universidade. A disciplina de História, assim como todas as disciplinas escolares que compõem esse período educacional em conjunto abarca um todo necessário para a formação escolar dos indivíduos.

Cada disciplina que compõe o currículo do Ensino Médio pode ser comparada a uma peça que é parte inseparável de um conjunto. A História adquire seu pleno sentido para o ensino-aprendizagem quando procura contribuir, com sua potencialidade cognitiva e transformadora, para que os objetivos da educação sejam plenamente alcançados. (BRASIL, 2006, p.66)

O artigo 22 da LDB, esclarece qual o papel necessário que a disciplina de História ocupa refletindo seus desafios e possibilidades, onde diz que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores.” Então, observamos que a função da História, assim como as de outras disciplinas de ensino do Ensino Médio, é capacitar os estudantes para sua vida acadêmica e o mercado de trabalho, além de desenvolver habilidades e competência para a sua vida pessoal.

Dentre algumas competências que prevê o Ensino Médio de História, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) expõe-se a autonomia intelectual e o pensamento crítico, a capacidade de apreender a continuar aprendendo, de saber se adequar de forma consistente as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, de constituir significado sobre a realidade social e política, de compreender o processo de transformação da sociedade e da cultura, do domínio de princípios e dos fundamentos científicos- tecnológicos para produção de bens serviços e conhecimentos. A disciplina de História, está atenta em desenvolver as habilidades descritas entre os indivíduos durante a fase do Ensino Médio, e para além disso, possui como finalidade desenvolver os conteúdos de competências específicas da disciplina.

Partindo dos pontos chaves das questões que aqui foram apresentadas, nasce este artigo tendo como base leituras, críticas e reflexões produzidas por autores que se interessaram em discutir sobre esta realidade, que é bastante observada no percurso do docente de História, à luz do que determina as legislações do ensino. Deste modo, o presente trabalho visa a contribuir

em possibilidades de tornar a História atrativa a este público, podendo contribuir para os estudantes e docentes do Ensino Médio de modo significativo, a contemplar uma educação de qualidade e para todos.

## **2 A DISCIPLINA DE HISTÓRIA: DA DESCONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM AOS DESAFIOS E PROPOSTAS DAS LEGISLAÇÕES DO ENSINO**

O desinteresse que algumas pessoas possuem quando a temática é História, pode estar atrelado às noções históricas de um senso comum. São “histórias” com embasamento limitado. O senso comum, por um outro lado, é um tipo de conhecimento popular, baseado na observação e repetição, não testado metodologicamente, passado de geração em geração sendo perpetuando entre o tempo. É notável que o senso comum contribuiu e contribui significativamente para nossa existência e sobrevivência, experimentado pela primeira espécie de humanos, o Homo Erectus, um ser com um raciocínio mais evoluído e que descobriu que se fizesse fricção entre duas pedras esfregando uma na outra, conseguiria produzir uma faísca resultando-se no fogo. Um saber empírico relevante para o cozimento do alimento e para a garantia de vida humana, possibilitando que novos saberes fossem aprimorados. Logo, o senso comum é um ponto de partida necessário para possibilitar ir em busca de resultados de maior confiança e validade.

É verdade que no passar dos anos as técnicas utilizadas pelo indivíduo foram modificadas e aprimoradas. E isso também aconteceu no campo da História. Por volta do século XIX, na França, surgiu a Escola Metódica ou escola positivista, voltada para o ideal de uma verdade histórica, objetiva, porém restritiva, onde o historiador limitava-se a narrar os fatos, abdicando-se da possibilidade de construir uma hipótese sobre os acontecimentos, ou sobre o seu material de estudo. Naquele período as metodologias tinham como finalidades reunir fatos, limitando-se a narrar eventos documentados, sem reflexão, através de narrativas de documentos oficiais e histórias oficiais.<sup>7</sup>

Posterior a esse momento surgiu a Escola dos Annales<sup>8</sup> buscando romper com os fundamentos da Escola Metódica, apontando novas possibilidades de se fazer e compreender

---

<sup>7</sup> FARIAS, M. N.; FONSECA, A. D.; ROIZ, D. S. A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*, v. 14, n. 3 e 4, p. 121-123, 2006.

<sup>8</sup> A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico de fundamental importância, surgido na França com o nome de Annales d' Histoire Économique et Sociale, durante a primeira metade do século XX. Ela vem para

História. Liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre, esse movimento surgiu para impor um novo paradigma que seria a “História Problema”, uma História Social, a não ser mais pensada, exclusivamente, como ciência do passado. Segundo Marc Bloch a História seria “a ciência do homem no tempo”<sup>9</sup>. Sendo assim o Movimento dos Annales combatia uma História que simplesmente narrava os acontecimentos, e propunham uma produção histórica crítica e reflexiva, em todas as atividades humanas, com a colaboração de uma prática interdisciplinar.

De modo a contribuir com essas discussões, a História como disciplina escolar surgiu por volta do século XIX, sob demandas de novas elites e políticas dos estados nacionais recém criados, com a finalidade de entender, agrupar e selecionar suas memórias e conhecimentos, como afirma Napolitano (2021), logo abaixo:

Ela serviu para justificar fronteiras, unificar as memórias sociais dispersas de grupos, estamentos, regiões e etnias dentro de um mesmo estado-nação, justificar por que uma determinada elite está no poder, além de criar um sentimento de patriotismo e nacionalismo. (NAPOLITANO, 2021, p.88).

Para além do que Napolitano (2021) evidência acima, a História enquanto campo científico, possui um papel significativo em investigar os grandes feitos dos indivíduos como os marcos históricos e os fatos políticos, dentre outros acontecimentos ao longo do tempo, compreendendo assim, suas relações, interações, construções e desenvolvimento, em razão da História se voltar também para “pesquisas das massas anônimas, o cotidiano do homem comum, as lutas sociais que expressam as contradições ao longo do tempo”. (Napolitano, 2021, p.89).

Ao longo de sua obra “A escrita da história”, Certeau apresentou através de análises próprias suas concepções sobre a História e o papel do historiador. No que tange a História como disciplina, colocando-a também no âmbito social. No sentido de uma instituição, como ele afirma, a escrita da História se constrói sobre essa função (Certeau 1982). Nessa perspectiva, o autor considera a História como disciplina, que atende a instituição educacional, atendendo suas demandas no que diz respeito às fontes e metodologias. A ciência se difere do senso comum em razão de trabalhar com dados, com elementos científicos testados e comprovados como abordados por Morais (1988). A ciência é mais do que uma instituição, é

---

questionar as historiografias existentes baseadas nas instituições das elites, a qual dava muita relevância a fatos e datas de um modo positivista, sem aprofundar grandes análises de estruturas conjunturas através da interpretação e questionamentos. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

<sup>9</sup> : BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54-55

uma atividade, e podemos mesmo dizer que a ciência é um conceito abstrato.<sup>10</sup> As falas de Moraes, sobre a ciência ser um conceito abstrato, refere-se ao fato de não existir elementos fechados e definitivos a ponto de conceituar o que seria a definição de ciência, em função de sempre estar surgindo algo novo relacionado à mesma com base em estudos de modo a complementar o que já se tem no campo científico. Em poucas palavras, a ciência é complexa. “O cientista contemporâneo sabe bem que nada há de definitivo e indiscutível que tenha sido assentado por homens”. (Moraes, 1988, p.24).

Para contribuir com esta discussão, Certeau (1992) considera a instituição acadêmica como um lugar significativo na construção social do historiador. Os discursos, o pensamento e o trabalho acadêmico realizados nestes espaços, possuem embasamento científico e que permitem intercessões da História com as demais ciências. A produção histórica necessita de uma técnica a ser seguida para obtenção de resultados, assim como afirmou Moscovici. A técnica e a experimentação são de fundamental importância como ferramenta do historiador, mas não substituem a academia. A técnica deve ser considerada como mecanismo do historiador ao utilizar um documento ou objeto tornando-o fonte e material histórico. Este trabalho está muito além de somente observá-lo, mas de também fazer interações com tais documentos e objetos, tais como, refletir como foram produzidos, de onde vieram, a qual cultura pertencem esse espaço, onde foi encontrado, quais povos os antecederam, dentre outros fatores.

Então, as historiografias cumprem um papel social, de registrar, narrar a História e dialogar com a sociedade. De modo geral, as fontes históricas não surgem do nada, mas sim têm um caráter sólido, construtivo e científico para serem reconhecidas e consideradas como tal, como discutido acima.

### **3 A HISTÓRIA ESCOLAR: A LDB E AS DIRETRIZES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96 divide a educação brasileira em dois níveis: I educação básica, formada pela educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; II Ensino Superior. O artigo 35 que trata do Ensino Médio cita:

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos

---

<sup>10</sup> MORAIS, Regis de. Filosofia da ciência e da tecnologia. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1988. p.24.

adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (LDB,1996)

O Ensino Médio corresponde a última etapa da educação básica brasileira. Essa etapa possui uma duração média de três anos, tendo como objetivo aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental Anos Finais, além de preparar o estudante para o mercado de trabalho e o ensino superior. Nesta fase escolar, os alunos são mais autônomos no processo de aprendizagem, o que possibilita que o professor seja mais um mediador de conhecimento, mostrando possibilidades de caminhos a serem seguidos. A maioria dos alunos chegam à escola, precisamente nesta fase escolar do Ensino Médio, com uma ideia formada de que não vão permanecer ali por muito tempo, e isso se deve em parte por diversos motivos, entre os quais, ter de abandonar o colégio para poder trabalhar, ou de não poder conciliar emprego com colégio. Partindo do princípio que pensa Ceccon (2012) a escola deve estar atenta em servir a maioria dos alunos<sup>11</sup>, no que diz respeito a entender suas demandas e conhecer o perfil dos indivíduos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais mais conhecidos como PCN, constituem uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição educativa, elaborado para servir como ponto de partida para o trabalho docente, norteando as atividades realizadas em sala de aula. Elaborado por equipes específicas a convite do Ministério da Educação, são emitidos para a educação básica nos ensino fundamental e médio, de modo a atender todas as disciplinas escolares. No que compreende a disciplina de História os PCN's propõem:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais.[...] Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo. (BRASIL, 1999, p.26)

---

<sup>11</sup> CECCON, Claudius, et al, A Vida e a Escola da Vida. Vozes, Petrópolis, 2012. p.77.

Os PCN's, direcionam de maneira mais heterogênea os estudos a serem abordados na escola, atentando para um contexto sócio-político cultural de cada região no país. O ensino de História busca estabelecer nexos entre o passado e o presente, sociedade e indivíduo. Nesse sentido, o ensino de História busca proporcionar que os estudantes façam uma leitura do presente baseado em questionamentos de eventos passados, construindo e desenvolvendo um raciocínio histórico e a interpretação e análise sobre os acontecimentos.

Vale lembrar que os PCN's, não se configuram como sendo uma proposta curricular obrigatória que deve ser seguida à risca por todos os educadores. Porém, se trata de referencial para que a educação chegue a todos os espaços. Os PCN's "(...) se configura como uma proposta flexível a ser concretizada nas decisões locais sobre currículos e sobre programa de transformação da realidade educacional (...)”( BRASIL, 1999. p. 7-10). As propostas curriculares devem estar interligadas com os procedimentos que valorizem os alunos e que possibilitem pensar e se sentirem produtivos.

Outro documento normativo é a BNCC, Base Nacional Comum Curricular, que faz parte do plano nacional da educação brasileira previsto no artigo 210º da Constituição Brasileira de 1988 ( BRASIL, 1988), e tem como finalidade conduzir o ensino das escolas brasileiras desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Ao contrário do que muitos pensam, a BNCC, não se trata de um currículo educacional pronto com normativas exclusivas, mas funciona como uma orientação aos objetivos de aprendizagem a serem atingidos a cada nível e séries de formação escolar. A Base Nacional Comum Curricular, nasce trazendo como proposta que todas as escolas tenham o padrão mínimo do que deve ser ensinado aos seus alunos.

Em suas páginas a BNCC traz um conjunto de diretrizes educacionais para atender aos estudantes brasileiros. No que se refere aos conteúdos voltados ao campo de ensino da História, são colocadas questões que levam ao indivíduo pensar a História como um saber necessário para a formação de crianças e jovens em idade escolar com interações no presente. A História não está distante de nós, não é algo irrelevante do passado, mas que conversa constantemente com nossa realidade, e portanto deve ser apresentada e considerada como tal.

Do seu processo de criação até os dias atuais, foram produzidas três versões da BNCC. A primeira versão foi organizada e publicada no ano de 2015, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), no governo da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Para a sua criação e elaboração contou-se com a participação da competência de educadores universitários e representantes de setores privados da educação. A segunda versão da BNCC foi publicada no ano de 2016, esta nova versão do documento normativo sofreu algumas alterações, dobrando

de tamanho com a inserção de novos conteúdos, contando novamente com a colaboração de inúmeras pessoas, organizações e escolas de todo território brasileiro.

A terceira e até então versão final da BNCC, foi instituída no ano de 2017, sofrendo várias interferências de grupos empresariais do campo da Educação. O ano de 2017 corresponde ao governo de Michel Temer, que assumiu a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff. Sobre essa nova versão da BNCC, a mesma passou pelos interesses de grupos empresariais em seus interesses privatistas, o que fez com que a BNCC sofresse duras críticas de alguns intelectuais importantes em razão da disciplina de História ficar retida a figurar apenas como parte da área de conhecimento de Ciências Humanas.

Esses fatos nos levam a pensar que talvez exista um interesse por trás disso, no sentido de privatizar a educação pública, ou alargar ainda mais o contraste educacional entre os alunos de classes mais baixas e os demais. Alunos esses que já tem seus espaços tão afunilados nas instituições educacionais e que chegam a um número de evasão escolar significativo, quando comparados a alunos de classes média e alta. Mediante a todas essas modificações da qual a BNCC sofreu no período de três anos, a mais tocante foi sua última versão considerada por Almeida (2021,p.262) como sendo uma “porcaria”<sup>12</sup>, justamente por conta das novas reformulações que foram feitas, através de pessoas de setores empresariais privados e com interesses próprios e mercadológicos.

#### **4 A LEI Nº 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Somado a tudo que foi discutido nos tópicos acima, surge a reflexão, sobre o que seria mais atrativo, se um currículo que conversasse com a realidade dos discentes em sala de aula, ou um currículo distante de suas realidades que abordasse conteúdos voltados para acontecimentos distantes de suas vidas? Um currículo que conversasse com a realidade do discente, que não seja algo distante de si, de seu cotidiano, de sua realidade, com certeza seria o ideal. Levando-se em conta que todas as histórias são importantes, e não umas menos importantes que outras, é preciso entender que a educação acontece dentro e fora do ambiente escolar, e que também é um ponto importante dentro dessa discussão, pois os indivíduos não chegam em sala de aula “vazios”, mas com seus questionamentos, argumentos formados,

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. A anatomia de uma interdição: narrativas, apagamentos e silenciamentos na construção da BNCC de História. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2021, 328 f. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13158>; Acesso em: 30/08/2022.

carregando uma bagagem prévia de vida que pode e deve ser aproveitada pelos docentes na construção e desenvolvimentos das aulas.

Pensando sobre um currículo escolar, atento em acompanhar as mudanças que ocorrem no cotidiano, o currículo escolar deve dialogar com a realidade sócio cultural dos indivíduos. E sobre isso, a autora e professora Nilma Lino Gomes (2012) traz questões interessantíssimas que nos possibilita esta reflexão. Adequar-se às avaliações nacionais e internacionais, ao construir propostas criativas que dialoguem, de fato, com a realidade sócio cultural brasileira, articulando o conhecimento científico e os outros conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades sociais culturais, históricas e políticas. E surgem perguntas como, compreender o currículo como parte do processo de formação humana ou persistir em enxergá-lo como rol de conteúdos que preparam os estudantes para o mercado ou para o vestibular?...Como lidar com o currículo em um contexto de desigualdades e diversidade? Caimi (2007)

Entre estas e outras questões, movidas pelas demandas e lutas históricas dos movimentos negros brasileiros, no dia 09 de janeiro de 2003, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639/03 alterando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade dos conteúdos de História da África e da História e Cultura Afro-Brasileira. o Art. 26-A tornou obrigatório o ensino sobre história e culturas afro-brasileiras nas séries do Ensino Fundamental e Médio, estabelecendo o estudo do continente africano, no que tange suas histórias e contribuição para a formação do estado brasileiro. Outra lei importante é a Lei nº 11. 645/08, onde inclui a obrigatoriedade do ensino no ambiente escolar de conteúdos voltados para a história e culturas indígenas.

Ambas leis têm como finalidade incluir esses grupos sociais, que na verdade constituem juntos a maior parte da população brasileira, também nos currículos, já que tiveram suas histórias negadas e excluídas em sala de aula. Além de propor que meninos e meninas se vejam como integrantes e pertencentes em sua História e que não tenham sua história contada por outros, através de outros personagens desconectados do seu passado.

No dia 09 de janeiro de 2023, a Lei 10.639/03 completa 20 anos desde sua implementação, sobre isso é necessário refletir sobre os avanços e feitos alcançados da lei frente aos espaços educacionais brasileiro. É notável que em alguns escolas distribuídas pelo Brasil a presença e a efetivação da lei 10.639/03 no calendário escolar acontece através do 20 de novembro, é como se em um único dia fosse capaz de realizar debates e demonstrações sobre

assuntos relacionadas a população negra nestes ambientes, sendo que o ano compõem 365 dias e dentre este é estabelecido pela LDB no mínimo de 200 dias letivos. Será que uma única data no calendário escolar é suficiente para trabalhar identidades negras em sala de aula? Debates importantes como esse envolve muito mais que trabalhar com alunos e alunas um dia ou uma semana sobre temáticas voltadas à história e cultura Afro- Brasileira em sala de aula, debates que envolvem temáticas como essas devem ter presença constantes no ambiente escolar de modo a possibilitar aos discentes conhecer e se enxergar em histórias que são suas.

Se fizermos um balanço posterior a criação da Lei nº 10.639/03 é nítido a inexistência nos livros didáticos e paradidáticos assim como em projetos escolares a ausência de material que tragam a histórias desses povos em um lugar de destaque ou protagonismo, anterior a Lei 10.639/03 o papel desses povos é sempre colocado no espaço de inferioridade ou de coadjuvante de suas próprias histórias. Levando em conta que a população negra compõem a maioria de nossa sociedade, por que ainda temáticas voltadas a história e cultura Afro-Brasileira ainda não tem um espaço significativo em nossas escolas? Como esses meninos e meninas se enxergam ou se enxergavam antes da Lei 10.639/03? A implementação da Lei 10.639/03 vem sendo de fundamental importância para que a população negra possa se vê de uma outra forma nos espaços educacionais. Tal como mobilizou Adichie (2009), ao nos alertar sobre os perigos de uma história única, um currículo único pautados em conteúdos exclusivamente europeu podem ser prejudiciais nas vidas dos educandos, haja visto que esses indivíduos estão em processo de formação e de construção de suas identidades.

## **5 O PAPEL DO DOCENTE DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO**

De acordo com o anuário brasileiro da educação básica 2020<sup>13</sup>, apenas cerca de 65,1% dos brasileiros concluíram o Ensino Médio na idade esperada até os 19 anos de idade. Este percentual chega até cerca de 51, 2% entre os estudantes mais pobres. Dentre estes, 12% do percentual de brasileiros com idade escolar, entre 15 e 17 anos estão fora do ambiente escolar. Estes dados nos mostram que a grande defasagem de alunos nesta fase de ensino está fora da sala de aula, e para reverter esta situação se faz necessário a escola conversar com a realidade dos estudantes e proporcionar meios para garantir sua permanência em sala de aula.

---

<sup>13</sup> 2020. CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). Anuário Brasileiro da Educação Básica.

Muito se fala que a disciplina de História é de difícil compreensão em razão de possuir muitos conceitos, datas, e por envolver questões que relativamente estão distantes do presente, e que sendo assim não são interessantes. No artigo *porque os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino aprendizagem e formação de professores de História*, (Caimi 2007) a autora, traz um conjunto de falas bastante pertinentes no que envolve as relações entre professores de História e seus discentes, e que devem ser pensadas nessa discussão, de modo que nos possibilite entender e enfrentar tais desafios.

Os professores de um lado, reclamam de alunos passivos para o conhecimento, sem curiosidade, sem interesse, desatentos, que desafiam sua autoridade, sendo zombadores e irreverentes. Denunciam também, o excesso e assim complexidades dos conteúdos a ministrar nas aulas de História, os quais são abstratos e distantes do universo de significação das crianças e dos adolescentes. Os alunos de outro lado, reivindicam um ensino mais significativo, articulando com suas experiências cotidianas, um professor legal, amigo, menos autoritário, que lhes exigem menos esforços de memorização e que faça da aula um momento agradável. (CAIMI, 2007, p.18).

Fica nítido através da citação feita por Caimi (2007) uma insatisfação tanto por parte dos discentes como dos docentes. É da atribuição do docente em História formar cidadãos com qualidades dos tipos: reflexiva, crítica e de investigação. E para que isso ocorra de modo significativo, se faz necessário a inclusão da pedagogia de projetos como uma ferramenta a mais no processo de ensino aprendizagem, buscando tornar os alunos autores de suas histórias e participativos.

O motivo dos alunos não estarem aprendendo História, ou não estarem aprendendo de um modo significativo esperado, se reflete no rendimento escolar dos discentes de História, e nas estatísticas do desempenho escolar que por sua vez não está restrito somente à disciplina de História em particular, mas também em outras disciplinas, como explana a pesquisa abaixo.

No que respeita às estatísticas nacionais sobre o desempenho escolar, têm-se índice extremamente preocupantes considerando-se o domínio da leitura e da escrita, elemento fundamental para a aprendizagem de qualquer componente curricular e especialmente da História, as pesquisas apontam que 22, 2% dos estudantes da 4ª série se encontra praticamente em situação de analfabetismo. A avaliação do SAEB evidencia que no Brasil 59% dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental ainda não desenvolveram as competências básicas de leitura, uma vez que possuem a compreensão de textos simples, mas não de textos jornalísticos ou de informações contidas em tabelas, por exemplo. (CAIMI, 2007 p.19)

O déficit na leitura e na escrita, que seriam procedimentos que alunos do 4º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, já deveriam estar habituados, podem impactar na

aprendizagem e evolução do aluno. Outro ponto importante dentro desse contexto, é que alguns alunos, como aponta a pesquisa abaixo, possuem dificuldade não somente em História, mas em outras disciplinas.

Uma pesquisa divulgada pela organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura-UNESCO- revela que os estudantes brasileiros se encontram em penúltimo lugar no desempenho em matemática e ciências, e no 37º lugar em leitura, segundo um teste aplicado em adolescentes com 15 anos de idade, de 41 países, no ano de 2001. Na média das três áreas o país fica em penúltimo lugar, na frente apenas do Peru. (CAIMI, 2007, p.19).

Os índices apresentados sem sombra de dúvida são preocupantes, e revelam fragilidades na educação brasileira. Conhecimentos básicos que os alunos deveriam dominar, infelizmente não estão sendo dominados, o que pode causar impactos enormes em seu desenvolvimento escolar, impossibilitando que ocorram avanços educacionais significativos. Como os alunos vão compreender a História, se muitos não conseguem interpretar textos?

Mediante o que foi apresentado, e alinhado com o que a Caimi (2007) traz, algumas perguntas trazidas pela autora devem ser pensadas no sentido de entender esse quadro em específico. São elas:

Quais os limites da chamada História tradicional, para atender às atuais demandas de ensino-aprendizagem da História? Segundo os aportes da epistemologia genética, de que maneira os alunos constroem os conhecimentos históricos, os conceitos, as noções de espaços temporais? Quais são os saberes necessários à docência da História escolares? Que caminhos e alternativas são viáveis, atualmente, na formação do professor de História? (CAIMI 2007).

Refletir sobre as questões acima é de fundamental importância para entendermos enquanto docentes como podemos trabalhar História em sala de aula de um modo significativo não só para os estudantes, mas para nós enquanto professores também.

Sobre as possibilidades do ensino de História no ambiente escolar, Ana Maria Monteiro, autora e docente de História, traz abordagens significativas para essa temática em seu livro *Professores de História Entre Saberes e Práticas*<sup>14</sup> O pensamento da autora e docente convergem muito com o que pensa Caimi. Ambas autoras concordam em metodologias que proporcionem aos alunos, aulas de História que conversem com suas realidades, que possam tornar as aulas de História satisfatórias, atendendo às realidades e perspectivas dos discentes, que nas palavras de Ana Monteiro estão ligados ao imediatismo e ao presente.

---

<sup>14</sup> Ana Maria F.C. Professores de História Entre Saberes e Práticas. Rio de Janeiro. Manual x, 2007.

Esta situação, do imediatismo e presentismo, pode estar atrelada aos meios de comunicação que passam a ideia de “tempo presente, do aqui e agora”. Logo, o presente se torna, um espaço de tempo importante, e que de fato é, e o passado por sua vez torna-se algo velho, distante e ultrapassado, o que acaba por se tornar um desafio grande na vida dos docentes de História, em razão de alguns alunos consideraram a disciplina de História sem utilidade.

Por meios de buscar elementos para tornar o ensino de História interessante e atrativo para os jovens, Ana Maria Monteiro, lança duas perguntas reflexivas importantes: “como ensinar História de forma a envolver os alunos no seu estudo? Como tornar seu estudo significativo?”. Um dos elementos possibilitadores para esse processo, é a inclusão das ferramentas tecnológicas para o ensinar História, já que os jovens em idade escolar se sentem interessados por esses assuntos.

Porém surge uma situação problema dentro dessa discussão. Será que os docentes estariam preparados para usar ferramentas tecnológicas em sala de aula? Será que os mesmos receberam ampla formação nas universidades para desempenharem tal papel? São questões a serem pensadas dentro desse contexto.

Outro ponto importante que merece ser discutido é que alguns docentes se sentem inseguros em ministrar conteúdos críticos no que tange a História em sala de aula, como temáticas voltadas para política, escravidão, além da ditadura militar dentre outros, sobretudo, com a cultura negativa do negacionismo<sup>15</sup>, inserida em nossa sociedade atual e que pode ocasionar no aumento do desinteresse dos estudantes, além de desgastes já vistos.

Estudar História e ensinar História está para além do que é apresentado nos livros didáticos. Quando o docente leva o ensino de História para sala de aula e trabalha os conteúdos de modo reflexivo com os alunos, os fazendo pensar, serem críticos, fazendo-os criar uma situação problema e possibilitando chegar a uma possível “solução” para um determinado conteúdo, a participação e a aprendizagem dos estudantes tendem a ser mais significativa e rompe com a neutralidade e passividade no que diz respeito ao ensino da História em ambiente escolar. Um elemento relevante que pode gerar bons resultados, poderia ser a Pedagogia de projetos, que busca incluir temáticas que estejam próximas da realidade dos alunos, no ambiente escolar.<sup>16</sup> Utilizar de acontecimentos históricos trazendo para realidade atual dos estudantes pode ser um método significativo que tende como diz Albuquerque (2016) a "Destaturalizar o

---

<sup>15</sup> NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo histórico no século XXI. São Paulo, Ed. Contexto; 2021. p. 256.

<sup>16</sup> MARTINS, Jorge Santos. Trabalho com Projetos de Pesquisa: do Ensino Fundamental ao Médio. 8º ed., Campinas, SP: Papirus, 2013, p 32.

tempo, pensá-lo como uma construção social, cultural e narrativa feita pelos homens”. Em outras palavras, pensar em que ferramentas eu como docente possuo para ministrar minhas aulas de modo a alcançar os objetivos planejados, quais objetivos eu desejo alcançar, o que fazer para tornar minhas aulas interessantes e deste modo obter a atenção, curiosidades e participação dos alunos.

A disciplina de História durante alguns anos nas escolas públicas e particulares, sempre teve muito foco no conteúdo histórico escrito, bebendo por muito tempo da fonte da escola positivista, onde só era permitido analisar os fatos somente pelo que são, não cabendo interpretações, sendo assim reprodutores de conhecimento.

Com as mudanças nos paradigmas históricos, sobretudo após a Escola dos Annales, o papel do historiador passa a ser mais problematizado, permitindo interagir com os fatos históricos e para além de analisar, interpretar e refletir através dos fatos e fontes, e sobretudo, sobre a realidade em que vivem.

Na sociedade atual, o professor é um profissional de multitarefas, com desafios que estão dentro e fora do ambiente escolar. A todo instante surge uma novidade, novas atribuições fazendo com que o docente se desdobre para conseguir dar conta de suas demandas pedagógicas.

No que se refere a essas “novidades” a última inesperada que atingiu os docentes de forma geral, foi a pandemia imposta pela Covid-19, que obrigou não somente o docente de História, mais de todas as disciplinas a busca por métodos inovadores de dar aulas, mesmo sob situações em que ele próprio estava lidando com as incertezas, angústias e inseguranças impostas por essa nova realidade.

Para além disso, o docente acaba envolvido em seu cotidiano escolar nas suas atribuições para com os discentes, e que envolve questões administrativas, como as reuniões pedagógicas, ACs (Atividades complementares), planejamentos, dentre outros assuntos e tarefas pedagógicas. Situações de falta de material didático necessário para condução de aulas, problemas de infraestrutura de prédio escolar, má vontade por parte dos governantes, desrespeito na sociedade, dentre muitas outras situações que poderiam aqui ser enumeradas, e que acabam por impactar no desenvolvimento da atividade docente. Mediante a isso, e outras questões, é totalmente descabível atribuir a culpabilidade deste cenário aos docentes.

Durante muito tempo, o papel docente se fundamentava na figura do indivíduo detentor do conhecimento, e aos alunos cabia o papel de absorver e memorizar sem nenhuma reflexão e questionamentos. Atualmente se preza um docente que seja capaz de produzir conhecimento

em sintonia com seus alunos, em que ambos podem atuar como sujeitos do conhecimento, como afirma Vieira (1998): “Professor e aluno juntos estariam realizando uma reflexão e produzindo saber como sujeito no duplo sentido: sujeito social e sujeito de conhecimento.” Não é interessante que o docente conheça somente o papel que ele desempenha através de sua disciplina, mas se faz necessário também, conhecer os alunos e suas demandas. Logo, conhecer o aluno deve fazer parte de sua demanda escolar, no sentido de saber o que deve ensinar, como deve ensinar e para quem ensinar.

## **6 O NOVO ENSINO MÉDIO E A DISCIPLINA DE HISTÓRIA**

A reforma do novo ensino médio, aprovada pela lei nº 13.415/2017, propõe mudanças significativas nesta etapa tão importante da educação básica brasileira. Uma dessas mudanças refere-se ao aumento de carga horária no currículo escolar anual de 800 para 1400 horas aula, buscando a implementação das escolas de Ensino Médio em tempo integral.

Durante a presidência de Michel Temer, entre os anos de 2016 e 2017, a lei tramitou no Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, coincidentemente ou não, foi aprovada também a emenda constitucional do teto de gasto público, reduzindo de maneira significativa os investimentos na área da educação.

Como conclusão mais geral, trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca anti nacional, anti povo, anti educação pública, em suas bases político-econômicas de capitalismo dependente, desenvolvimento desigual e combinado, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana. Uma violência cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada, na perspectiva de Antonio Gramsci. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369).

Dentro desse quadro, de distribuição de carga horária, fica estabelecido como disciplina obrigatórias, Língua portuguesa e Matemática. Mas, e o tratamento das outras disciplinas? Será que não são tão importantes ou necessárias como as disciplinas citadas acima? Como os estudantes serão bem sucedidos em provas de vestibulares, em concursos públicos e em outras situações que se faz necessário os conhecimentos prévios das disciplinas de ciências humanas e ciências da natureza e ciências exatas, sendo que algumas delas, como a História, teriam a sua carga horária diminuída nas reformas do novo Ensino Médio?

Estas situações, sem sombra de dúvidas, são preocupantes sobretudo quando pensamos em grupos específicos de nossa sociedade, como os mais carentes. Essas mudanças podem acarretar na defasagem da educação escolar dos grupos vulneráveis, e sobre isso *Hernandes (2019)*, comenta abaixo:

As várias formas de flexibilizar o currículo do Ensino Médio, para os sistemas de ensino, deverão trazer desigualdades acentuadas a essa etapa da educação básica. Escolas com maior poder econômico poderão utilizar o tempo dos seus estudantes com ensinamentos significativos para o seu desenvolvimento científico e cultural, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais. Enquanto isso, as escolas mantidas pelo Poder Público, para as classes populares, poderão proporcionar a seus estudantes doses homeopáticas de conteúdos escolares com formação aligeirada profissionalizante ou profissional, que poderão ser ministradas por graduados não licenciados. A escolha das disciplinas e dos arranjos curriculares será dos sistemas de ensino, de acordo com as suas condições de oferta, e não considerando o desejo dos estudantes. (*HERNANDES, 2019*, p. 14-15).

É verdade que desde a primeira edição do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) em 2005, os três anos finais da educação básica têm os piores resultados entre as etapas avaliadas. Ou seja, desde 2005 para cá, os três anos finais da educação básica já apresentava como sendo um desafio somado à taxa de evasão escolar.

Na tentativa de reverter esse quadro e mudar o cenário nasceu a lei federal 13.415/2007 a partir da regulamentação da medida provisória 746/2006 enviada ao Congresso Nacional pelo então presidente Michel Temer, citado acima. A Lei 13.415 altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) impondo reformulação no antigo regime do Ensino Médio, que deixará de apresentar um conjunto de disciplinas que garantem a formação básica dos alunos, e que passaria a ter sua carga horária dividida em duas partes, 1.800 horas asseguradas os conhecimentos relacionados à Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Educação física, Filosofia e Artes. As 1.200 horas, compostas pelos chamados itinerários formativos, que seriam: Linguagens e suas tecnologias, Matemáticas e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Técnica e Profissional. Estas novas alternativas na reformulação do Ensino Médio, ou melhor, no novo Ensino Médio tem como objetivo, buscar por um currículo que dialogue diretamente com os interesses dos alunos. Mas como isso aconteceria na prática? Será que a nova reforma do Ensino Médio atenderia a todos os estudantes?

Como ficam as escolas públicas nessa situação, sendo que seria a mais prejudicada por não possuir todos os recursos necessários a subsidiar as propostas que o novo Ensino Médio

traz, além de possuir limitações em suas estruturas e limitações de recursos financeiros? Por outro lado as redes privadas de educação, poderiam atender melhor a essas necessidades.

A implementação do novo Ensino Médio, por sua vez, pode ampliar as desigualdades, no âmbito de vidas dos indivíduos, afunilar as entradas de jovens em condições de vulnerabilidade econômica ao ensino superior nas universidades públicas, dada a altas concorrências entre as vagas. O novo Ensino Médio para Gabriel (2018) seria: “mais uma tentativa de regular dispersões, de controlar e hegemonizar, universalizar sentidos populares. Isto é, que atenda interesses de grupos particulares do que é/ do que deveria ser, do que gostaríamos que fosse o Ensino Médio em nosso país”.

O que observamos através dessa nova proposta do Ensino Médio é uma escola que está mais interessada em formar indivíduos que estejam preparados para o mercado de trabalho, do que formar indivíduos reflexivos, críticos, capazes de refletir, indagar e tentar solucionar problemas, e construir o seu próprio projeto de vida. “Assim estão adequando o currículo da escola ao currículo da vida, como menciona ABUD, K. Isso não quer dizer que capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho seja algo ruim, de forma alguma, porém a escola não deve se limitar-se somente a isso, mas sim ter o real interesse em capacitar este indivíduo para que seja capaz de entender e refletir a sociedade que lhe cerca, pensar criticamente e deste modo, tornar-se um indivíduo conhecedor de seus direitos e deveres, sendo capaz de transformar e contribuir com a sua sociedade.

A medida provisória 746/ 2006 responsável por instituir a reforma do Ensino Médio, sofreu várias resistências no meio educacional e não foi diferente com os GTs da ANPUH,<sup>17</sup> diante aos fatos aqui narrados. Setores ligados à educação com a ANPUH ficaram de fora das discussões das propostas do novo Ensino Médio. Se são os educadores que vão de fato colocar em prática o novo Ensino Médio com os educandos, porque logo eles ficaram de fora das reformulações que envolvem o novo Ensino Médio?

Sobre os conteúdos, não é possível para o professor de História ensinar toda a História, todos os conteúdos históricos aos seus alunos de forma completa. Deste modo se faz necessário um recorte dos temas e dos acontecimentos, como afirma Keith Jenkins: “[...] nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados,

---

<sup>17</sup> A Associação Nacional dos Professores Universitário de História ( ANPUH), foi fundada na cidade de Marília, São Paulo, em 19 de outubro de 1961. A entidade traz na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História. Atuando desde o seu princípio no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em História. Com o passar do tempo, a ANPUH passou a incluir professores do Ensino Fundamental e Médio, além de profissionais que atuam nos arquivos públicos e privados, instituições de patrimônio e minorias no seu grupo.

porque o conteúdo desses acontecimentos é praticamente ilimitado”. “[...] nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual era”. (Jenkins, 2005, p.31-33).

A História, para a autora, estará sempre fadada a ser uma construção pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador, e o passado deve estar em ligação constante com o presente.

Outro ponto que deve ser pensado baseado nas novas propostas trazidas pelo novo Ensino Médio assim com suas particularidades, é pensar como ficam as provas do ENEM mediante a esse novo contexto<sup>18</sup>. Levando-se em conta que a carga horária de História assim como outras disciplinas serão reduzidas, o professor terá tempo hábil de preparar os alunos para o ENEM? Sendo que os docentes possuem papel fundamental no preparo deste meninos e meninas para esse momento importante de suas vidas já que muitos desses alunos não têm os incentivos necessários em seu meio familiar.

A prova de História no Exame Nacional do Ensino Médio é considerada como uma das provas mais exaustivas, por envolver leituras, interpretações de textos e leitura de fontes, tendo como assuntos mais cobrados os candidatos História do Brasil e História Geral. O docente de História nesse sentido teria de ter tempo hábil para trabalhar com os alunos, assuntos ligados a atualidades, revisar provas anteriores, incentivá-los na escrita e na redação, além de ser empático na preparação e incentivos, já que de um dado modo os docentes exercem uma influência importante no resultados final dos alunos.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

São muitos os fatores responsáveis para que os alunos considerem a História como algo, meramente do passado, sem espaço no presente, e sobre isso devemos repensar um currículo que converse mais com a realidade dos indivíduos. Os docentes não podem estar presos exclusivamente ao passado, resumindo-se em decorar datas e nomes. Ensinar História está para além disso.

Algumas situações que ocorreram ao longo do caminho nos anos mais recentes no Brasil, como a pandemia do Covid-19 ou a reforma do Ensino Médio, dentre outros fatores,

---

<sup>18</sup> O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), é uma prova que nasce no ano de 1998, com a finalidade de medir o Ensino Médio brasileiro. Atualmente é considerado a principal forma de ingresso dos alunos no ensino superior.

prejudicam não somente a disciplina de História como outras disciplinas, distanciando ainda mais os interesses dos alunos e participação nas aulas.

Utilizar-se do óbvio para ensinar História não é o melhor caminho. Pode ser o mais prático, mais fácil, mas não o melhor. Ao utilizar do óbvio para ensinar História o educador não transmitirá para o educando valores fundamentais, que podem ser conquistados e obtidos através da disciplina de História.

O ensino de História permite que o indivíduo construa sua identidade, reflita e entenda qual é seu lugar no mundo. Através da História é possível compreender o presente a partir de algumas reflexões sobre o passado, e dentro dessa possibilidade o docente é a chave fundamental e mais importante neste processo, pois cabe a ele o papel de mediador e possibilitador no ensino e aprendizagem dos discentes, no alcance dos resultados desejados, a partir de ferramentas instrutivas, reflexivas e criativas.

Para isso, se faz necessário que o docente esteja munido de ferramentas que possibilitem este processo, e para além disso, é necessário que os discentes estejam interessados em aprender. Com a soma de todos podemos construir um ensino de História de qualidade e interessante, e que alcance bons resultados.

Dentro das propostas do novo Ensino Médio, as reformulações que o compõem trazem consigo também o Ensino Técnico profissional, que tem como seus fundamentos possibilitar a formação mais alinhada ao que seria o projeto de vida pessoal de cada aluno. Nesse sentido, a formação técnica profissional passa a integrar a grade curricular do novo Ensino Médio, “otimizando” a capacitação do aluno como futuro trabalhador.

Sabemos que existe um distanciamento significativo entre as classes sociais brasileiras. Sabemos, também, como são as situações dos determinados empregos e suas condições nessas classes sociais. Outro ponto a ser considerado nessa discussão é que nem todas as escolas estaduais vão oferecer cursos que atendam o interesse profissional dos educandos. Outra questão relevante, os docentes que vão ministrar esses cursos podem não ser graduados na área que vão ensinar. Qual seria a qualidade desse ensino profissional oferecidos pelo novo Ensino Médio?

Podemos concluir que o ensino técnico, oferecido pelo novo Ensino Médio trata de formar capital humano para o mercado de trabalho, buscando “qualificar profissionalmente” o indivíduo por meio de uma “profissionalização” rápida, para a realização de trabalho simples e cada vez mais precários uma vez que impossibilita estudantes mais pobres a frequentar cursos do Ensino Superior.

Vale ressaltar que o presente artigo não tem como finalidade discutir sobre o ensino técnico oferecido pelo novo Ensino Médio, mas questões importantes como essas e que envolvem as vidas de estudantes, não poderiam aqui deixar de serem comentadas. As discussões e problematização que envolve essa questão em específico tendem a ser estendidas futuramente, na continuação da pesquisa.

Algumas das perguntas lançadas aqui não foram respondidas, levando-se em conta que a educação é um objeto construtivo e em construção, e este trabalho também não foge desta realidade, ao contrário, pretende entender e discutir o mundo, e o que está acontecendo hoje pode ser o pontapé inicial necessário para os avanços seguintes.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. —O Perigo da História Única. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (TED Global 2009). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>. Acesso: 10.02.23, às 11h10.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ALBUQUERQUE JR Durval Muniz. Regimes de Historicidade: Como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: GABRIEL, Carmen T. MONTEIRO M.; MARTINS, Marcus L. B (Orgs.). Narrativas do Rio de Janeiro nas Aulas de Histórias. Rio de Janeiro Mauá X, 2016.
- ABUD, Kátia. Conhecimento histórico e ensino de História: a produção de conhecimento histórico escolar. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, M. R. (orgs.) II Encontro Perspectivas do Ensino de História. Curitiba, Aos Quatro Ventos: 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEMTEC, vol.3, p. 2006..
- BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. 12ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. Vivenciando a História: Metodologias do ensino da história. 1ª edição. Curitiba: Editora Base, 2012.
- BEVERIDGE, W. I. B. Influenza: the last great plague. London: Heinemann. 1977.

BERTOLLI FILHO, C. A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAIMI, Flávia Eloisa. Porque os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre ensino aprendizagem e formação de professores de História.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. 2ª edição. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 198.

GABRIEL, Carmen Tursa. Reforma do ensino médio: desafios ou ameaças para a construção de uma escola pública democrática. os desafios do ensino médio. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 171-186, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p.98-109, jan./abr., 2012.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. Educação, Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34731>; Acesso em: 07/08/2022.

JENKINS, Keith. tradução de Mário Vilela, A história repensada. São Paulo: Contexto, 2001.

LDB E PCN: Uma visão legal sobre a educação brasileira. Pedagogia ao Pé da Letra, 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/ldb-e-pcn-uma-visao-legal-sobre-a-educacao-brasileira/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória no 746/2016 (Lei no 13.415/2017). Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDtk/?lang=pt>; Acesso em: 07/08/2022.

MORAIS, Regis de. Filosofia da ciência e da tecnologia. 5. ed. São Paulo : Papyrus, 1988.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. São Paulo; Contexto; 2022.

TEIXEIRA, Felipe Charles. Uma construção de Fatos e Palavras. Cícero e a concepção Retórica da História. Várias hit. Belo Horizonte, V. 24, n.40, Dec. 2008. p. 557-558.

VIEIRA, Mário do Pilar et al. A pesquisa em História.4.ed. São Paulo: Ática, série princípios/ 159:1998